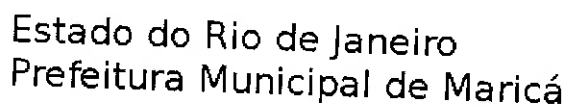


[illegible]



Nº DO PROCESSO 0000246/2024

DATA DE ENTRADA 03/01/2024 13:05:29

**SETOR DO USUÁRIO**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

## ASSUNTO

LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

## COMPLEMENTO

IMPUGNAÇÃO AO PE 51/2023

**DADOS DO REQUERENTE**

REQUERENTE

BD APOIO EMPRESARIAL LTDA

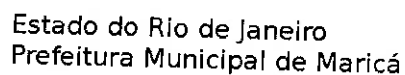
TELEFONE

CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)

DOCUMENTOS ANEXADOS E NÃO ANEXADOS

**USUÁRIO DA CRIAÇÃO DO PROCESSO**

107974-JULIANA LOPES DA SILVA--ASSESSOR 3 - AS 3



**Nº DO PROCESSO**

## DATA ABERTURA

**0000246/2024**

03/01/2024 13:05:29

REQUERENTE

BD APOIO EMPRESARIAL LTDA

## ASSUNTO

LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

## COMPLEMENTO

IMPUGNAÇÃO AO PE 51/2023

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
SECRETARIA DE TRANSPORTE**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 51/2023**

Ilmo. Sr. Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Maricá

A BD Apoio Empresarial Ltda, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 28.363.266/0001-18, com sede à Rua Pedro Francisco Correa, 81, São Francisco, no município de Niterói-RJ, neste ato representada por seu Sócio Diretor Felipe Dytz, vem respeitosamente perante V. Senhoria, apresentar sua IMPUGNAÇÃO ao edital do Pregão Eletrônico nº 51/2023 que visa a contratação de empresa para a aquisição, entrega e montagem de mobiliário para o Centro Administrativo Integral de São José – Maricá, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e anexos.

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Do Pregão em epígrafe a fim de corrigir vícios contidos no ato convocatório que comprometem a legalidade do procedimento licitatório em tela, nos termos e nas razões a seguir aduzidas.

**1) DA TEMPESTIVIDADE**

Quanto ao prazo para apresentação da impugnação, conforme estabelecido no artigo 24 do Decreto 10.024 de 2019 que trata dos prazos para impugnação, temos:

**Impugnação**

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

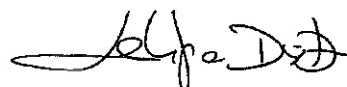
§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Assim como expresso no item 9 do Edital:

**9. PRAZOS E MEIOS PARA APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS E REPRESENTAÇÕES.**

9.1. Questionamentos e impugnações, ao instrumento convocatório, devem ser manejados no prazo de até **3 (três) dias úteis** antes da data prevista para abertura das propostas, presencialmente na CPL ou através dos e-mails maricacpl@gmail.com até as 17:00h.



**9.1.1.** A impugnação ao Edital, caso interposta através da internet, deverá ser carreada como anexo do e-mail, com arquivo em formato Portable Document Format (extensão .pdf) e devidamente assinada pelo representante legal da pessoa jurídica impugnante, com a respectiva comprovação dos poderes, sob pena de não conhecimento.

**9.2.** A Prefeitura Municipal de Maricá responderá as dúvidas suscitadas (questionamentos) e impugnações a todos que tenham recebido os documentos desta licitação, até **02 (dois) dias úteis** antes do dia fixado para a abertura das propostas.

**9.3.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos e providências não têm efeito suspensivo.

**9.4.** Decairá do direito de impugnar e de pedir esclarecimentos nos termos deste edital perante a Prefeitura Municipal de Maricá a licitante que não o fizer até o quinto dia útil que anteceder à data prevista para a abertura das propostas.

Em face do exposto, deve ser a presente Impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

## 2) DA LEGITIMIDADE

A legitimidade para apresentação da impugnação ora ventilada tem seu fundamento no disposto no art. 41 da Lei nº 8.666/93:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Sendo assim, resta configurada a legitimidade para apresentação desta impugnação.

## 3) DO MÉRITO

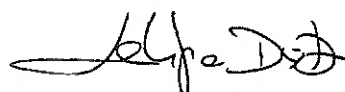
A Impugnante constatou que o Edital padece de vícios que comprometem a legalidade do procedimento licitatório.

## DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Conforme consta no Edital, o Instrumento Convocatório é composto pelos seguintes anexos:

### ANEXOS

#### I – Planilha De Valores E Quantitativos Unitários



- II – Proposta-Detalhe
- III – Termo de Referência e anexos;
- IV – Modelos de Declarações
- V – Minuta de Contrato.

Em rápida análise do Edital e seus Anexos, ficou evidenciada a ausência do Estudo Técnico Preliminar, conforme determina a presente jurisprudência, conforme bem exposto no Acórdão 2076/2023 – Plenário.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de denúncia, com pedido de medida cautelar, acerca de irregularidades no Pregão Eletrônico 69/2022, promovido pelo Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGERJ) para a contratação de serviços de manutenção predial,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 250, inciso V, e 276, §§ 1º e 6º, do Regimento Interno/TCU; arts. 9º e 14 da Resolução-TCU 315/2020; na Súmula-TCU 263 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.2.1. falta de publicação, junto com o edital da licitação, dos Estudos Técnicos Preliminares;

Análise:

16. Na documentação constante do Portal de Compras do Governo Federal, não consta o Estudo Técnico Preliminar da contratação como um anexo do edital. O mencionado item 11.4 do edital (peça 2, p. 15) dispõe que 'os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital'.

17. A mera disponibilização dos estudos técnicos preliminares nos autos do processo, com vistas franqueadas aos interessados, não atende aos requisitos legais e jurisprudenciais relativos à publicidade desse documento. A Instrução Normativa Seges/MPDG 5/2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece no seu Anexo V, item 2.2, alínea 'a', que os estudos preliminares serão anexos do termo de referência, que, por sua vez, é um anexo do edital.

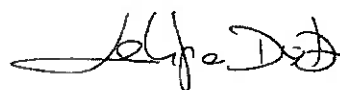
18. Além disso, o TCU tem decisões no mesmo sentido, entendendo que o ETP deve ser publicado junto com o edital da licitação. O Acórdão 488/2019-TCU-Plenário, Relatora: Ministra Ana Arraes, por exemplo, foi claro ao 'recomendar ao Ministério da Economia que oriente seus jurisdicionados a respeito da obrigatoriedade da publicação dos estudos técnicos preliminares juntamente com o edital da licitação'. Mais recentemente, o Acórdão 1414/2023-TCU-Plenário, Relator: Ministro Jorge Oliveira, expediu ciência ao órgão jurisdicionado quanto à irregularidade consistente na ausência de publicação de informações essenciais ao certame, se referindo, entre outros documentos, ao estudo técnico preliminar da contratação, conforme excerto do relatório transcrito abaixo:

'22. Dessa forma, entende-se que a ausência da publicação dos anexos e do ETP, a qual configura uma ilegalidade, além de outras que serão tratadas nos tópicos seguintes, prejudicaram a competitividade e a formulação das propostas, por conterem informações essenciais para a disputa, podendo levar a Administração Pública a realizar uma contratação não vantajosa.'

19. Dessa forma, a unidade jurisdicionada não logrou afastar a irregularidade em questão.

**Questionamento 1 – Qual a justificativa para a ausência ou falta de publicidade ao Estudo Técnico Preliminar?**

**DA AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO POR LOTES**



Conforme consta no Termo de Referência, a única justificativa manifestada no presente processo licitatório versa sobre a justificativa da necessidade da aquisição:

## 2. DA JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa com fins de aquisição de mobiliários, objeto do presente Termo de Referência, tem como premissa prover a estrutura necessária e ambiente de trabalho adequado ao Centro Administrativo Integrado de São José, considerando que, a busca pelos serviços de organização e fiscalização do trânsito, ofertados pelo DETRAN; e de elaboração de projetos e gestão de políticas relacionadas ao transporte público e demais atividades, de competência da Secretaria de Transporte, necessitam de acesso facilitado aos cidadãos.

Tal espaço é fruto de parceria entre o município e o DETRAN-RJ para a instalação do posto do órgão na cidade e nova sede da Secretaria de Transportes, que contará com salas de recepção, qualificação e treinamento da equipe e voltadas aos setores administrativos, de planejamento, e jurídicos da pasta. Esta solução agiliza o tempo de atendimento, unifica processos, diminui custos, facilita a vida do cidadão e mantém uma boa imagem da instituição, uma vez que agregam várias ações em um só ambiente.

Parte da estrutura será um complexo de atendimento do DETRAN que vai oferecer serviços como: habilitação, nada consta do veículo, identificação civil, prova teórica e curso de reciclagem para quem excedeu o limite de multas. O local também vai abrigar o arquivo regional do Detran para qualquer tipo de consulta processual na Metropolitana II e possuirá a estrutura para prova prática dentro da unidade, tornando o posto o único do Estado do Rio de Janeiro com tal serviço. A iniciativa de centralização da estrutura visa um espaço facilitado e qualificado ao atendimento dos cidadãos e inclusão de serviços que atualmente não são realizados no município, como a vistoria de veículos do transporte complementar, de caminhões e a perícia de veículos.

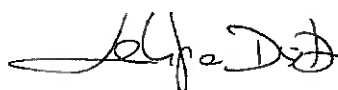
Assim como o espaço de atendimento do DETRAN, o Centro Administrativo também contará com estrutura voltada ao desenvolvimento das atividades administrativas da Secretaria de Transporte, que englobam espaços voltados aos setores de autorizações e permissões concedidas pelo Poder Público Municipal a qualquer tipo de ordenamento de uso do solo público ou estabelecimento comercial; instrução, qualificação e treinamento de servidores, equipe de contratos, planejamento e projetos da secretaria, arquivo, e demais serviços públicos inerentes à sua competência e finalidade ou que lhe forem atribuídas.

Complementam a estrutura uma nova unidade do Serviço Integrado Municipal – SIM, que funciona como polo de atendimento aos municípios no que compete a serviços e esclarecimentos de políticas públicas e da Guarda Municipal, que atua no patrulhamento e na prevenção de crimes e pequenos delitos, com objetivo de dar mais segurança a moradores e turistas.

Desta forma, justifica-se a necessidade da aquisição de mobiliários com vistas a continuidade das atribuições inerentes à administração pública através do bom funcionamento dos serviços essenciais ao desenvolvimento desta gestão; estruturação e manutenção das condições de trabalho para os servidores, melhor qualidade no atendimento e dos serviços prestados aos municípios de Maricá.

Ainda, considerando a necessidade de inauguração e estabelecimento das atividades previstas dos órgãos integrantes do Centro Administrativo Integrado de São José, se faz necessária a presente proposta de licitação, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de mobiliários, garantindo a devida adequação do espaço e viabilidade do desenvolvimento dos serviços aos municípios.

Deste modo, é fundamental que se promova a presente contratação.



Conforme determinado na Súmula 247 do TCU, é obrigatória a admissão da adjudicação por item, devendo, no caso da adjudicação por lotes, existir justificativa plausível no processo licitatório.

Súmula nº 247 do TCU – “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”.

## **Questionamento 2 – Qual a base jurídica para a ausência de justificativa para aquisição por lote, descumprindo a Súmula 247 do TCU?**

Antes de iniciarmos na análise das especificações técnicas contidas no Termo de Referência, faz-se necessário referenciarmos as informações contidas no item 5:

### **5. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO**

**5.1. Os materiais a serem entregues, deverão atender as seguintes características:**

**5.1.1 As dimensões dos itens poderão sofrer variação de até 5% (cinco por cento).**

**5.1.2 As propriedades mecânicas e de desempenho estabelecidas nas normas técnicas da ABNT devem constar nos manuais de especificações técnicas de cada mobiliário abaixo.**

**5.1.3 Os itens devem possuir declaração, emitida por laboratório acreditado junto ao INMETRO, de atendimento aos padrões de anatomia, ergonomia e qualidade determinados pela ABNT, de acordo com os itens licitados.**

**5.1.4 Os itens deverão apresentar laudo de atendimento a Norma Regulamentadora nº 17, do Ministério do Trabalho, emitida por órgão ou profissional competente, devidamente registrado na entidade/conselho da classe.**

**5.1.4.1 O(s) licitante(s) ficará(ão) obrigado a juntar a documentação que comprove a habilitação do profissional para emitir o referido laudo.**

**5.1.5 Havendo divergência entre as especificações de produto referente ao Código do catálogo de materiais e serviços do comprasnet e as informações contidas no Termo de Referência, irá prevalecer as informações contidas no termo de referência.**

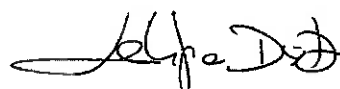
O artigo 30 da lei 8.666/93 é categórico ao determinar uma limitação quanto aos documentos que podem ser solicitados para a qualificação técnica dos licitantes.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;



IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

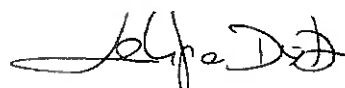
§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

Deste modo é fundamental esclarecer que, em desacordo àquilo que foi incluído no Edital, não existe base legal para a exigência de DECLARAÇÃO EMITIDA POR LABORATÓRIOS ACREDITADOS PELO INMETRO.

De modo a contribuir com este entendimento é importante evidenciar que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União é clara em vedar os referidos documentos:

Acórdão nº 1.624/2018 – Plenário: A exigência de apresentação de laudos de ensaios técnicos por parte de todos os licitantes, como requisito de habilitação técnica, não encontra amparo no rol do art. 30 da Lei 8.666/1993. As exigências de habilitação técnica devem se referir ao licitante, não ao objeto do certame, e não podem onerar o licitante em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato





Súmula TCU nº 272 - No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

(Fundamento Legal – Constituição Federal de 1.988, art. 37, inciso XXI; – Lei nº 8.666/63, art. 3º, § 1º, incisos I; arts. 27 e 30 e art. 44, § 1º; – Lei nº 9.784, de 29/01/1999, art. 2º, caput e inciso VI do Parágrafo único. Dados de aprovação).

Acórdão nº 1.043/2012 – TCU – Plenário: Exigência de Laudos ou Amostras em Licitações Públicas. Quaisquer despesas impostas aos licitantes antes de celebração do Contrato são de fato ilegais e o licitante tem a obrigação de questionar o edital (Impugnar) quando isso acontecer. Observa-se que, quando for absolutamente necessário fazer essas exigências, que seja muito bem fundamentada no edital, para evitar possíveis impugnações.

**Questionamento 3 – Qual a base legal para a exigência de documento não compreendido no artigo 30 da Lei 8.666 (Declaração emitida por laboratório), para habilitação técnica do licitante, frente a farta jurisprudência contrária?**

É fato que o artigo 30 da Lei 8.666/93 também não inclui a apresentação de laudo de atendimento a NR 17, entre os documentos permitidos, porém, mais absurda é a exigência prevista no item 5.1.4.1, no qual obriga que os licitantes apresentem documentação que comprove a habilitação do ergonomista que emitiu o laudo.

**Questionamento 4 – Qual a fundamentação legal (Lei, decreto, portaria, etc) que habilite a prefeitura de Maricá de exigir de todos os licitantes a comprovação da habilitação do ergonomista que emitiu o laudo?**

#### DOS ITENS 1, 2, 3 e 4

Nº	ITEM	COD	QUANTITATIVO	DESCRIÇÃO/CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS
1	ARMÁRIO ESCRITÓRIO (ALTO)	343999	7	MATERIAL: MDF, ESP. 18 mm - PORTA ALTA; REVESTIMENTO: MELAMÍNICO TEXTURIZADO; COR: AZUL ROYAL CINZA CRISTAL; PRATELEIRA: 4 PRATELEIRAS; DIMENSÃO (L x P x H): 800 x 390 x 1600 mm; ACABAMENTO BORDAS: FITA DE PVC 2 mm; ACESSÓRIOS: FECHADURA, PUXADORES EM PLÁSTICO ABS NA COR CINZA CRISTAL, PÉS RETANGULÁVEIS EM AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA E TRATAMENTO ANTIFERRUGEM.
2	ARMÁRIO ESCRITÓRIO (ALTO)	343999	47	MATERIAL: MDF, ESP. 18 mm - PORTA ALTA; REVESTIMENTO: MELAMÍNICO TEXTURIZADO; COR: BRANCO; PRATELEIRA: 4 PRATELEIRAS; DIMENSÃO (L x P x H): 800 x 390 x 1600 mm; ACABAMENTO BORDAS: FITA DE PVC 2 mm; ACESSÓRIOS: FECHADURA, PUXADORES EM PLÁSTICO ABS NA COR BRANCA, PÉS RETANGULÁVEIS EM AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA E TRATAMENTO ANTIFERRUGEM.
3	ARMÁRIO ESCRITÓRIO (MÉDIO)	469331	11	MATERIAL: MDF, ESP. 18 mm; REVESTIMENTO: MELAMÍNICO TEXTURIZADO; COR: AZUL/CINZA; DIMENSÃO (L x P x H): 800 x 390 x 1000 mm; PRATELEIRA: 01 PRATELEIRA; ACABAMENTO BORDAS: FITA DE PVC 2 mm; ACESSÓRIOS: FECHADURA, PUXADORES EM PLÁSTICO ABS NA COR CINZA CRISTAL, PÉS RETANGULÁVEIS EM AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA E TRATAMENTO ANTIFERRUGEM.
4	ARMÁRIO ESCRITÓRIO (MÉDIO)			MATERIAL: MDF, ESP. 18 mm; REVESTIMENTO: MELAMÍNICO TEXTURIZADO; COR: BRANCO;

Conforme estabelecido na Tabela 1 da norma técnica ABNT NBR 13961, a profundidade dos armários deve estar estabelecida entre 450 e 630 mm.

Tabela 1 — Dimensões do armário

Dimensões em milímetros

Código	Nome da variável	Valor mín.	Valor máx.
h1	Altura do armário baixo	-	900
h2	Altura do armário médio	901	1 400
h3	Altura do armário alto	1 401	1 800
h4	Altura do armário extra-alto	1 801	-
p	Profundidade do armário (exceto suspenso) <sup>1)</sup>	450	630
hg1	Altura interna útil da gaveta rasa	40	99
hg2	Altura interna útil da gaveta média	100	199
hg3	Altura interna útil da gaveta alta	200	-
lg3f	Largura interna útil da gaveta alta de arquivamento frontal ou do suporte de pasta	385	-
lg3l	Largura interna útil da gaveta alta de arquivamento lateral ou do suporte de pastas	230	-
pg3f	Profundidade interna útil da gaveta alta de arquivamento frontal	-	-
pg3l	Profundidade interna útil da gaveta alta de arquivamento lateral	385	-

<sup>1)</sup> O armário suspenso deve ter dimensões que sejam compatíveis com a altura a que será fixado, com as características do material a ser arquivado e com a frequência de uso, de modo a preservar a segurança dos usuários

Tal exigência é determinada para garantir que o armário possua estabilidade e não possa tombar sobre os usuários.

A determinação de um produto com profundidade menor que o estabelecido na norma técnica da ABNT põe em risco, neste caso, a segurança e integridade dos servidores que irão trabalhar nas áreas onde estarão alocados estes armários.

É fundamental esclarecer que o item 5 do Termo de Referência enfatiza a necessidade de atendimento às normas técnicas da ABNT.

**Questionamento 5 – Qual a justificativa para solicitação de um armário em desconformidade a requisito da norma técnica da ABNT, no qual expõe ao risco os servidores públicos?**

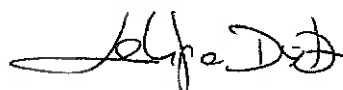
**Questionamento 6 – No caso do produto especificado nos itens 1 a 4 vir a cair, ferindo um servidor público, em virtude da falta de estabilidade do mobiliário, a culpa será do fabricante ou do funcionário que determinou esta especificação?**

Ademais, é obrigação dos fabricantes de produtos ou serviços somente fornecer produtos/serviços de acordo com as normas técnicas da ABNT, conforme definido no inciso VIII, art. 39 da Lei 8.078/1990.

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II - recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;



III - enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

VI - executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII - repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

Assim sendo, fica demonstrado que o atendimento às normas técnicas da ABNT não faz parte do direito discricionário da Administração Pública.

**Questionamento 7 – Qual a justificativa para solicitar aos licitantes que fabriquem produto em desacordo as normas técnicas da ABNT, infringindo o artigo 39 da Lei 8.078/90?**

#### DO ITEM 5

5	ESTÇÃO DE TRABALHO (CALL CENTER)	290266	23	MATERIAL: MDF 18 mm; REVESTIMENTO MELAMÍNICO TEXTURIZADO; COR AZUL; TECLADO RETRÁTIL SIM; DIMENSÃO 1180 x 850 x 1170 mm; ACABAMENTO BORDAS: FITA DE PVC 2 mm; A PRENTE DA CABINE DEVERÁ SER MONTADA NA POSIÇÃO DE ATENDIMENTO ACESSÓRIOS: DEVERÁ SER DISPONIBILIZADA 01 CALHA ESTRUTURAL HORIZONTAL PARA PASSAGEM DE FIAÇÃO SOB O TAMPO, PERMITINDO O ACESSO A TODO CABEAMENTO DE ENERGIA, LÓGICO E TELEFÔNICO, EM CHAPA DE AÇO #18 (1,20 MM) DE ESPESSURA (MÍNIMO), FIXADA ÀS ESTRUTURAS LATERAIS DA MESA ATRAVÉS DE REBITES DE REPUXO E PARAFUSOS DE AÇO, COM SUPORTE PARA TOMADAS, EM CHAPA DE AÇO, FIXADO NA CALHA ATRAVÉS DE ENCAIXE. PÉS RETANGULÁVEIS EM AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA E TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, TAMPO APOIADO EM ESTRUTURA DE MADEIRA E FIXADO POR QUATRO PARAFUSOS NAS LATERAIS. MODELO ATENDIMENTO AO CLIENTE CALL CENTER COM TECLADO RETRÁTIL ACOPLADO.
---	----------------------------------	--------	----	--

O produto descrito no item 5, acima, não atende as normas ABNT NBR 13966 (mesas), ABNT NBR 13967 (estação de trabalho) e nem a norma ABNT NBR 15786 (Call Center).

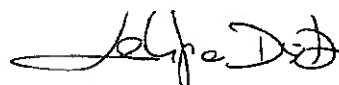
**Questionamento 8 – O produto descrito no item 5 seguiu qual norma técnica da ABNT, pois não se encaixa como mesa, estação de trabalho ou call center?**

#### DOS ITENS 8 A 13 - MESAS

MATERIAL: AGLOMERADO - ESP. 18 mm;

ACABAMENTO BORDAS: FITA DE PVC 2 mm;

Conforme determinado no item 5.1.2 do Termo de Referência: “5.1.2 As propriedades mecânicas e de desempenho estabelecidas nas normas técnicas da ABNT devem constar nos manuais de especificações técnicas de cada mobiliário abaixo. “



Visto isso, é preciso esclarecer que chapa de aglomerado de 18 mm não possui resistência para aprovação nos ensaios mecânicos da norma técnica ABNT NBR 13966.

O acabamento com fita de 2 mm não atende ao item 3.5 da norma técnica ABNT NBR 13966, que exige raio da borda de contato com usuário de 2,5.

**Questionamento 9 – Qual a justificativa técnica para exigir no item 5.1.2 o atendimento as normas técnicas da ABNT e apresentar especificações técnicas em desacordo as normas da ABNT?**

#### DOS ITENS 15 E 16

15	LONGARINA DE ESPERA/RECEPCÃO	366221	16	MATERIAL: ASSENTO E ENCOSTO INJETADO EM POLIPROPILENO; ASSENTO COM ALMOFADA (ESTOFAMENTO REVESTIDO EM MATERIAL SINTÉTICO EM PVC) NÚMERO LUGARES- 03 LUGARES, MATERIAL ESTRUTURA: EM TUBO DE AÇO 50X30, PINTADO COM TINTA EPOXI A PÓ; COR: AZUL; ACABAMENTO: PLÁSTICO NA COR PRETA.
16	LONGARINA DE ESPERA/RECEPCÃO	366221	6	MATERIAL: ASSENTO E ENCOSTO INJETADO EM POLIPROPILENO; ASSENTO COM ALMOFADA (ESTOFAMENTO REVESTIDO EM MATERIAL SINTÉTICO EM PVC) NÚMERO LUGARES- 03 LUGARES, MATERIAL ESTRUTURA: EM TUBO DE AÇO 50X30, PINTADO COM TINTA EPOXI A PÓ; COR: LARANJA; ACABAMENTO: PLÁSTICO NA COR PRETA.

**Questionamento 10 – Qual o dimensional dos produtos?**

Aproveitamos para terminar este pedido de impugnação, apresentando o Acórdão 1636/2007 do TCU, no qual deixa claro que TODOS os questionamentos DEVEM ser abrangidos e respondidos de modo FUNDAMENTADO.

As respostas fornecidas pela comissão de licitação ou pela autoridade competente com relação as impugnações apresentadas contra editais de certames licitatórios, nos termos do art. 41, § 1o, Lei no 8.666/1993, devem abranger, de modo fundamentado, todos os quesitos formulados pelo interessado, sob pena de infringência ao que dispõe o art. 50 da Lei no 9.784/1999.

**Acórdão 1636/2007 Plenário (Sumário)**

#### 4) DO PEDIDO

Em que pese o habitual zelo, revestido de elevado rigor que convém a todo órgão da Administração Pública, indubitavelmente a Administração Licitante não vem atendendo a legislação vigente. Quer crer a Impugnante que os vícios encontrados no Edital tenham ocorrido por um equívoco.

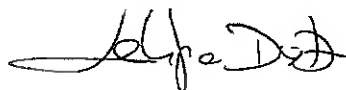
Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção de V.Sa. para acolher as alegações trazidas a lume e rejeitar o Edital em apreço, SUSPENDENDO o ato convocatório para posterior republicação com as devidas correções, como medida de

obediência ao sistema normativo vigente, de forma que o presente certame não esteja viciado.

Termos em que

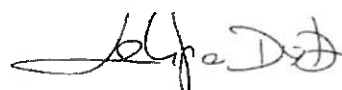
P. e E. Deferimento

Niterói, 03 de janeiro de 2024



---

Felipe Dytz  
BD Apoio Empresarial Ltda



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Polégar Direito  
0255



Assinatura

*[Handwritten signature]*

VALIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

REGISTRO NACIONAL 07.353.785-4

VALIDADEZ 01/06/2017

**FELIPE DE MORAES DYTZ**

**FRANCISCO RENEE DYTZ**

**VERA MARIA DE MORAES DYTZ**

**NATURALIDADE**

**PORTO ALEGRE/RS**

**DATA DE EMISSÃO**  
28/07/1968

**C. CASM LIV 00062B FLS 093 NITERÓI RJ TERM 0018393**

**020.466.997-93**  
001 Via

*[Handwritten signature]*  
VISEU DELEGADO  
PROCURADOR DE JUSTIÇA  
DR. S. M. T. S.

0255



Presidência da República

Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Secretaria de Racionalização e Simplificação

Departamento de Registro Empresarial e

Matricula (da sede ou da filial quando a sede for em outra UF)

CÓDIGO DA NATUREZA

Nº

00-2017/214353-5  
JUCERJA

05 jul 2017 13:41

registro)

Guia: 102383816

Ato: 102,203

DD APOIO EMPRESARIAL LTDA

Cumprir a exigência no mesmo local da entrada.

Junta - Calculado: 376,00  
DNRC - Calculado: 21,00

HASH: J170721435350  
Pago: 376,00  
Pago: 21,00



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: DD APOIO EMPRESARIAL LTDA ME

Protocolo: 00-2017/214353-5 - 05/07/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 07/07/2017 E O REGISTRO SOB O NOME E DATA ABAIXO.

33.2.1038338-8  
DATA: 10/07/2017

Bernardo F. S. Berwanger  
SECRETÁRIO GERAL

Requerimento: 81700000602848  
Emitida em 27/06/2017



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: DD APOIO EMPRESARIAL LTDA ME

Nº: 33.2.1038338-8

Protocolo: 00-2017/214353-5 - 05/07/2017

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 07/07/2017 E O REGISTRO SOB O NOME E DATA ABAIXO.

00003064320  
DATA: 10/07/2017

Bernardo F. S. Berwanger  
SECRETÁRIO GERAL

DESCRIÇÃO DO ATO/EVENTO  
CONTRATO

VITEROI  
27/06/2017

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: FELIPE DE MORAES DUTRA

Assinatura: *[Assinatura]*

Telefone de contato: (21) 27140618

USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s)

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem  
A decisão.

☐ NÃO

☐ NÃO

Data

Data

Responsável

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se o

☐ Processo indeferido

2º Exigência

☐

3º Exigência

☐

4º Exigência

☐

5º Exigência

☐

07/07/2017

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência

(Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se o

☐ Processo indeferido

2º Exigência

☐

3º Exigência

☐

4º Exigência

☐

5º Exigência

☐

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da Turma

OBSERVAÇÕES:

OBSERVAÇÕES:

L.S. Studio Gráfico Ltda - Rua José dos Reis, 27 - Eng. Centro - CEP: 42.219-895/0001 (RJ) - Tel: 504-6123

com 100 Fm

Cod: 179

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: DD APOIO EMPRESARIAL LTDA

NIRE: Protocolo: 00-2017/214353-5 Data do protocolo: 05/07/2017

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 07/07/2017 SOB O PROTOCOLO 00003064320, 33.2.1038338-8 e demais condições do

termo de autenticação.

Autenticação: 9FA79A76A264F0E41D57B8A0F0E41F050151C6170A0F16950D8BEE136B

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/verifica/chamada digital>, informe o nº de protocolo. Pág. 1/7

**CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA:  
BD APOIO EMPRESARIAL LTDA**

Pelo presente Instrumento Particular de Contrato Social:

FELIPE DE MORAES DYTZ nacionalidade BRASILEIRA, nascido em 28/07/1968, CASADO em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, ENGENHEIRO, CPF nº 020.466.997-93, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 07.353.785-4, órgão expedidor DETRAN - RJ, residente e domiciliado no(a) RUA PEDRO FRANCISCO CORREIA, 81, SAO FRANCISCO, NITEROI, RJ, CEP 24.360-560, BRASIL.

ANDREA BUSCHMANN DYTZ nacionalidade BRASILEIRA, nascida em 20/03/1973, casada em COMUNHÃO PARCIAL DE BENS, DENTISTA, CPF nº 029.610.447-74, CARTEIRA DE IDENTIDADE nº 11.893.603-8, órgão expedidor DETRAN - RJ, residente e domiciliado no(a) RUA PEDRO FRANCISCO CORREIA, 81, SAO FRANCISCO, NITEROI, RJ, CEP 24.360-560, BRASIL.

Resolvem constituir uma sociedade limitada mediante as seguintes cláusulas.

**DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS**

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** A sociedade gira sob o nome empresarial BD APOIO EMPRESARIAL LTDA.

**CLÁUSULA SEGUNDA.** A sociedade tem sede: RUA PEDRO FRANCISCO CORREIA, 81, PARTE, SAO FRANCISCO, NITEROI, RJ, CEP 24 360-560.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual, desde que aprovado pelos votos correspondentes dos sócios, no mínimo, a três quartos do capital social, nos termos do art. 1.076 da Lei nº 10.406/2002.

**DO OBJETO SOCIAL E DA DURAÇÃO**

**CLÁUSULA QUARTA.** A sociedade tem por objeto(s) social(ais):

PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E APOIO EMPRESARIAL EM LICITAÇÕES

**CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS**

8219-9/99 - preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente.

8211-3/00 - serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

**CLÁUSULA QUINTA.** A empresa iniciará suas atividades a partir da data do arquivamento e seu prazo de duração é indeterminado.

**DO CAPITAL SOCIAL**

**CLÁUSULA SEXTA:** O capital social subscrito será de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) dividido em 10.000 (dez mil) quotas de valor nominal R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país.

Req: 81700000602848

Página 1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BD APOIO EMPRESARIAL LTDA

NIRE: 00-2017/214753-5 Data do protocolo: 05/07/2017

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 07/07/2017 sob o número 00000064320, 00210383368 e o prazo de validade de 10 (dez) anos.

Autenticador: 9F47B876326487E14107EAD0DEFB44F55-019100615A-1000-000000000000

Para validar o documento acesse <http://www.jucerj.rj.gov.br/servico/chancela-digital>, informe o nº de protocolo. Pág. 2/2



THE UNITED STATES OF AMERICA  
DEPARTMENT OF THE INTERIOR  
BUREAU OF LAND MANAGEMENT

Wash. D.C. 20250

TO: DIRECTOR, BUREAU OF LAND MANAGEMENT  
FROM: SAC, [illegible]  
SUBJECT: [illegible]

Re: [illegible]  
[illegible]

On [illegible] [illegible] [illegible]  
[illegible]

Enclosed for the Bureau are [illegible]  
[illegible]

Very truly yours,  
[illegible]

Enclosed for the Bureau are [illegible]  
[illegible]

Very truly yours,  
[illegible]

Enclosed for the Bureau are [illegible]  
[illegible]

Very truly yours,  
[illegible]

Enclosed for the Bureau are [illegible]  
[illegible]

Very truly yours,  
[illegible]

Enclosed for the Bureau are [illegible]  
[illegible]

Very truly yours,  
[illegible]

Enclosed for the Bureau are [illegible]  
[illegible]

Very truly yours,  
[illegible]

**CONTRATO DA SOCIEDADE LIMITADA:  
BD APOIO EMPRESARIAL LTDA**

**Parágrafo Único:** O capital social fica assim distribuído entre os sócios:

FELIPE DE MORAES DYTZ, com 5.000 (cinco mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) integralizado,  
ANDREA BUSCHMANN DYTZ, com 5.000 (cinco mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) integralizado;

**CLÁUSULA SÉTIMA.** As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**CLÁUSULA OITAVA.** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRO LABORE**

**CLÁUSULA NONA.** A administração da sociedade caberá ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) FELIPE DE MORAES DYTZ, ISOLADAMENTE a(o) Sócio(a) ANDREA BUSCHMANN DYTZ com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

**Parágrafo único.** No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pro labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

**DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA.** Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados

§ 1º Por deliberação dos sócios a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

§ 2º A distribuição dos lucros poderá não obedecer a participação do sócio desde que aprovada pelos sócios cotistas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es), quando for o caso.

**DO FALECIMENTO DE SÓCIO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.** Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço

Req: 81700000602848

Página 2

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: BD APOIO EMPRESARIAL LTDA

NIRE: 11000000-00-2017/214351-5 Data do protocolo: 05/07/2017

CERTIFICA O ARQUIVAMENTO em 07/07/2017, 09:17:00h o número 0000004320, 031030220 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 9FA/BA76C64E1E44D9/BEAD0001B44E050191C0146A7F0055400B70B

Para validar o documento acesse <http://www.jucirj.rj.gov.br/servicos/chancela-digital>, informe o n° de protocolo. Pág. 3/3



especialmente levantado.


**Parágrafo único.** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.** O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA.** Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei nº 10.406/2002.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.** Fica eleito o foro de NITEROI para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento.

  
FELIPE DE MORAES DYTZ  
CPF: 020.466.997-93

10º OFÍCIO  
NITERÓI - RJ

10º OFÍCIO  
NITERÓI - RJ

ANDREA BUSCHMANN DYTZ  
CPF: 029.610.447-74

Testemunha: IAN LOBO JANSSEN  
01070801, CRA, RJ

Testemunha: EDIENI DA CUNHA MEDEIROS  
073318032, IFP, RJ

Página 3

TO : DIRECTOR, FBI (100-442100) FROM : SAC, NEW YORK (100-100000) (P)

SUBJECT: [Illegible]

Re New York airtel to Bureau dated 1/11/67, captioned as above. The Bureau is requested to advise the New York Office of the results of its review of the New York Office's report dated 1/11/67, captioned as above, and to advise the New York Office of the results of its review of the New York Office's report dated 1/11/67, captioned as above.

Very truly yours,

Special Agent in Charge, New York Office

(P)

Enclosed for the Bureau are two copies of the New York Office's report dated 1/11/67, captioned as above.

Very truly yours,

Special Agent in Charge, New York Office

[Signature]  
Special Agent in Charge, New York Office

[Signature]  
Special Agent in Charge, New York Office

[Signature]  
Special Agent in Charge, New York Office

(P)

SLICE 11

THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
LIBRARY  
1000 S. MICHIGAN AVE.  
CHICAGO, ILL. 60607  
TEL. 773-936-5000  
FAX 773-936-5000

THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
LIBRARY  
1000 S. MICHIGAN AVE.  
CHICAGO, ILL. 60607  
TEL. 773-936-5000  
FAX 773-936-5000